



A PRESENÇA INDÍGENA NOS CADERNOS DE GEOGRAFIA DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.¹

The indigenous presence in the geography notebooks of first year of high school of the Secretary of Education of the State of São Paulo.

Abimael Carvalho da Rocha

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

abimaelgeografia@gmail.com

RESUMO

A Lei 11645/2008 trouxe a obrigatoriedade de se trabalhar em sala de aula a cultura e história dos povos indígenas e negros, legislação de extrema importância para o combate ao preconceito e à discriminação, tem enorme potência na construção de uma sociedade justa e democrática, pois contempla uma parcela significativa da população que até então estava sob negligência dentro e fora da sala de aula, contribuindo para a perpetuação de desigualdades e discriminações. A análise dos materiais didáticos de geografia do primeiro ano do Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo se justifica por oferecer oportunidade para entendermos como se contemplam essa legislação, o objetivo desse estudo é a verificação crítica da qualidade da abordagem dos povos indígenas nos Cadernos do Professor, que, possui um correspondente Caderno do Aluno, subsidia e orienta o trabalho pedagógico, e ainda possui desdobramentos nas avaliações institucionais dessa secretaria. A metodologia baseou-se nos estudos da bibliografia sobre a abordagem dos povos indígenas em materiais didáticos, o que possibilitou a construção de um parâmetro qualitativo de análise para ser aplicado no material. O resultado demonstra incompletude de uma abordagem significativa e de qualidade neste material didático amplamente utilizado nesta rede de ensino, durante todo o ano letivo há apenas uma situação de aprendizagem direcionada ao tema, superficial, com baixa problematização, que necessita de docentes com boa formação para tratar do assunto de forma a superar esse problema latente, perpetuador de injustiças, na sociabilidade brasileira e construir uma sociedade empática, justa e igualitária.

PALAVRAS-CHAVE: Lei 11645/2008, Povos Indígenas, Ensino Médio, livro didático.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

ABSTRACT

The Law 11645/2008 made it mandatory to work on the culture and history of indigenous and black peoples in the classroom, legislation of extreme importance for combating prejudice and discrimination, it has enormous power in building a just and democratic society, since it includes a significant portion of the population that until then was neglected inside and outside the classroom, contributing to the perpetuation of inequalities and discrimination. The analysis of geography teaching materials for the first year of high school from the São Paulo State Department of Education is justified by offering an opportunity to understand how this legislation is contemplated, the objective of this study is to critically verify the quality of the approach to indigenous peoples in the Professor's Notebooks, which has a corresponding Student's Notebook, subsidizes and guides the pedagogical work, and also has consequences for the institutional evaluations of this secretariat. The methodology was based on studies of the bibliography on the approach of indigenous peoples in didactic materials, which allowed the construction of a qualitative parameter of analysis to be applied in the material. The result demonstrates the incompleteness of a significant and quality approach in this didactic material widely used in this teaching network, throughout the school year there is only one learning situation directed to the theme, superficial, with low problematization, which needs teachers with good training to teach. address the issue in order to overcome this latent problem, which perpetuates injustices, in Brazilian sociability and build an empathetic, fair and egalitarian society.

KEYWORDS: Law 11645/2008, Indigenous Peoples, High School, textbook.

INTRODUÇÃO

Em 2008 o Brasil deu mais uma passo rumo a democratização, um salto qualitativo na sua normatização pedagógica, uma Lei é promulgada com o intuito de dar visibilidade a parcelas da sociedade historicamente discriminadas dentro e fora da escola. Negros e indígenas massacrados e esquecidos enquanto tributários de valores e conhecimentos à sociedade, lembrados apenas no seu processo de infortúnios, negação de seus direitos e extermínio são contemplados com a Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, para que seja respeitado suas culturas, suas práxis e diferenças. O Artigo inserido na Constituição tem a potencialidade de reparação do negligenciamento desses povos na prática pedagógica em sala de aula, o que contribuía para a perpetuação das discriminações e uma contradição com o entendimento do que é democracia, a Lei assim é colocada:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (BRASIL, 2008)

Existem no país 307 povos indígenas e 275 línguas distribuídas em 3 troncos (MUNDURUKU, 2021), esses povos viveram sob a tutela do Estado até a Constituição de 1988, cuja mudança no entendimento desses povos os colocam como capazes de cuidarem de si, esses povos também têm um histórico de luta desde a invasão portuguesa em 1500, foram, e ainda continua o sendo exterminados de forma sistemática, sua luta hoje é pelos elementos que permitem suas existências e preservação de seus modos de vida. Suas organizações vem ganhando força e visibilidade principalmente após o fim da Ditadura militar e a consideração como cidadãos a partir desta última Constituição. Este trabalho se debruça sobre o material denominado de Caderno do professor, produzido e distribuído na rede pública estadual de ensino do Estado de São Paulo, que visa orientar subsidiar e orientar o trabalho pedagógico dos educadores, esse caderno tem um correspondente denominado de Caderno do Aluno, consumível, amplamente utilizado já que as provas institucionais do Estado de São Paulo se baseia em seu conteúdo.

A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo coloca a educação como sendo integral, buscando um desenvolvimento pleno dos estudantes, além das competências e habilidades, dentro daquela tem-se as socioemocionais, que são capacidades manifestadas no sentir, pensar e agir dos indivíduos na relação consigo e com os outros, são padrões de pensamento, sentimentos e comportamentos (SÃO PAULO, 2022 a). Seria uma maneira de padronização, de controle social, dos hábitos mentais e emocionais, uma busca de autodisciplina da população em geral? Ou seria melhor dar ênfase à Dialogicidade, onde sujeitos diferentes e dialógicos pensam e crescem juntos, radicalmente éticos (FREIRE, 1996),

onde parte-se dos indivíduos, de suas inquietudes, suas indagações, curiosidades e seus conhecimentos para a construção do saber, dentro de um processo de troca constante, de empatia e consideração de todos os envolvidos na prática pedagógica e sobre todos os constituintes desse país. Mesmo que seja necessário um olhar crítico às competências socioemocionais, assim com as Competências Gerais da BNCC e suas habilidades, elas não aprisionam, nem coloca empecilhos, ao contrário, permitem trabalhar de forma crítica as questões colocadas pela Lei 11645/2008. O Caderno do professor do 1º ano do Ensino Médio, em seu capítulo de orientações para o professor, coloca uma dessas Competências Socioemocionais que, mesmo sem um teor crítico, pode corroborar com essa legislação, é a Amabilidade estruturada como sendo o Respeito, a Empatia e a Confiança (SÃO PAULO, 2022 a).

OBJETIVO

Esses Caderno do Professor, publicados em 2022, assim como seu correspondente, Caderno do Aluno, apesar de serem materiais pedagógicos oficiais não são de uso obrigatório, porém, estão estritamente articulados com as Competências e Habilidades da Base Nacional Curricular Comum, também não substituem os livros didáticos, por serem materiais que facilitam a prática docente são amplamente utilizados na rede estadual paulista, há ainda a questão dos livros didáticos não terem uma correspondência direta com as provas institucionais do Estado de São Paulo, diferente desse material aqui em perspectiva. A análise parte da bibliografia que estudaram os livros didáticos, como existe semelhanças, principalmente nas funções e na construção do saber e falta de análises críticas desses cadernos, essa leitura subsidiaria o olhar sobre esse material exclusivamente na questão sobre os povos indígenas, portanto o objetivo do presente trabalho é a verificação de como se dá a representação e de que forma é contemplada a Lei 11645 de 10 de março de 2008.

DESENVOLVIMENTO

Com o fim da Ditadura Militar, a Constituição Brasileira de 1988 passou a considerar os indígenas não somente como etnias, mas também enquanto cidadãos e agentes sociopolíticos, isso deve-se as articulações indígenas que conseguiram inserir na Carta Magna “[...] um belo capítulo que salvaguarda os direitos indígenas e que fez com que aos poucos mudasse a relação do Estado com as populações indígenas[...].” (MUNDURUKU, 2004, p.320).

Uma dessas mudanças vem na da forma de se entender a existência indígena por parte de órgãos como o IBGE e a FUNAI, esses modificam sua metodologia do censo demográfico, assim, reconhecem a existência de 305 etnias e 274 línguas,

(GUIDES, 2019), número muito próximo do colocado por Daniel Munduruku no livro *Vozes Ancestrais* (MUNDURUKU, 2021), parte desses povos vivem em “566 terras indígenas, que superam os 117 mil hectares, o que representa 12% do território nacional.” (GUIDES, 2019, p.46). Antes da nova constituição e desde a independência do país era considerados inaptos ao gerenciamento da própria vida e eram tutelados pelo Estado. (GUIDES, 2019)

Os dois últimos Censo demográfico vem demonstrando crescimento da população indígena,

O contingente de brasileiros que se considerava indígena cresceu 150% na década de 1990. O ritmo de crescimento foi quase seis vezes maior que o da população em geral. O percentual de indígenas em relação à população total brasileira saltou de 0,2% em 1991 para 0,4% em 2000, totalizando 734 mil pessoas. (IBGE, 2022)

O Censo de 2010 revelou que 817 mil pessoas se autodeclararam indígenas, representando um crescimento de 11,4% (IBGE, 2012), esse aumento populacional vem contrariando a perspectiva dos agentes da Ditadura Militar “[...] Os militares tinham um objetivo muito claro, que era o do extermínio mesmo da população indígena, a tal ponto de ter afirmado no final da década de 60, que em trinta anos não haveria mais índio no Brasil[...].” (MUNDURUKU, 2004, p.320).

Esse crescimento populacional e a conquista de seus direitos, assim como a visibilidade dentro e fora do país, foram conquistados a partir de muita luta por parte dos povos indígenas, porém ainda seguem em busca da efetivação do texto da constituição, “Um dos exemplos é que os constituintes garantiram que em cinco anos, depois de aprovada a Constituição, todas as terras indígenas tinham que ser demarcadas. A pergunta: Foram?” (MUNDURUKU, 2004, p.321). Essa luta, movimento indígena ou índios em movimento (MUNDURUKU, 2004) teve mais uma conquista importante, a criação de um ministério, o Ministério dos Povos Indígenas, com uma ministra indígena, Sônia Guajajara, em 2023.

Uma de suas maiores bandeiras de luta agora é contra a tese jurídica do Marco Temporal, que busca alterar a política de demarcação de terras ocupadas por povos indígenas, segundo ela, somente pode reivindicar a demarcação aquele povo que já ocupava a terra em questão na data de promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, desconsiderando toda a história de expulsão e a suas formas de vida. (FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS, 2023)

A Questão Indígena na Geografia

A produção sobre os povos indígenas na ciência geográfica brasileira é pequena se comparado com outros temas (GUERRA e ARRUIZZO, 2020), houve mudança significativa na forma de abordagem a partir da Constituição de 1988, e com isso houve um incremento das produções dentro dessa ciência. Os temas que mais tem destaque são: educação indígena; cartografia, aparecendo de forma dupla, de uma lado com o mapeamento das dimensões das terras indígenas e das áreas conflituosas e de outro com a cartografia social que visa a instrumentalização dos povos indígenas para autonomia da reivindicações de suas terras; território e também o tema da segurança alimentar. (GUERRA e ARRUIZZO, 2020).

Nos últimos anos tem aparecido novos termos que demonstram a preocupação dos geógrafos com a causa e com os povos indígenas, são eles a etnogeografia, que se refere aos estudos da distribuição geográfica de nações e sua relação com o ambiente onde vivem, a etnocartografia, que é a produção de cartas ou mapas por um grupo social específico onde os elementos culturais e históricos são ressaltados, e o etnomapa, onde os mapas são produzidos a partir da classificação indígena do espaço (GUIDES, 2019)

Há necessidade de ressaltar a contribuição indígena à língua atual falada no Brasil, o nheengatu, uma mistura do português com o tupi, foi a língua oficial desse território nos primeiros séculos de invasão europeia, na toponímia brasileira encontramos diversos exemplos dessa contribuição. (GUIDES, 2019)

ENSINO DE GEOGRAFIA E A QUESTÃO DOS POVOS INDÍGENAS PRESENTE NA LEI 11645/2008

Uma das principais ferramentas utilizada pelos professores em sala de aula é o livro didático, uma mercadoria, que no país constitui-se com o maior mercado editorial desse segmento no mundo, dado que há política pública para compra e distribuição desse material em todas as escolas públicas do Brasil, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD, Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017. Esse material comporá o repertório de inúmeros jovens, por vezes será o único momento na vida que lhes será permitido uma análise mais aprofundada dessa questão, é aí que encontrará

o que é ser e quem são os indígenas, portanto, material de extrema importância podendo superar ou aprofundar os preconceitos e discriminações. (GUERRA e ARRUIZZO, 2020).

Faz-se necessário a pergunta, o que é o livro didático?

[...] um artefato cultural, os livros didáticos são como máquinas de produção de sentidos, de significados, já que funcionam proliferando o real. Os livros didáticos são produtores de uma dada sensibilidade e instauradores de uma dada forma de ver e dizer a realidade. (GUERRA e ARRUIZZO, 2020, p.202)

Além de uma ferramenta de suporte amplamente utilizado nas salas de aula, com o intuito de fomentar e qualificar o processo de ensino aprendizagem, tem outros atributos que precisam ser elucidados, há quatro funções nos livros didáticos: “função referencial, função instrumental, função ideológica ou cultural, e função documental.” (GUIDES, 2019, p.55). A função referencial é em relação ao currículo, ao programa, um suporte das competências, habilidades e conteúdos educativos, a função instrumental é aquela sobre o método que gera as possibilidades de aprendizagem por meio de atividades, a função ideológica ou cultural é a que dissemina a cultura e os valores de uma sociedade, essa função é amplamente utilizada pelo Estado, ou seja, tem um aspecto político, já a função documental é aquela que se expressa por meio do conjunto de documentos, textuais e icônicos, que o livro didático traz e que pode contribuir com uma formação crítica e proporcionar autonomia (GUIDES, 2019). Essas funções estão presentes nos Cadernos analisados para esse estudo, daí a comparação os livros didáticos.

A geografia escolar proposta pela BNCC coloca que os educandos precisam compreender, por meio do desenvolvimento de competências e habilidades, as distintas ações humanas nas mais diversas sociedades existentes no mundo, também a questão das identidades e coletividades impingidas nas mais diversas paisagens, a questão da memória social, a identidade cultural, os indivíduos enquanto sujeitos históricos e sociais, assim como suas diferenças (GUIDES, 2019).

A BNCC também faz referência aos povos indígenas para o ensino de geografia de forma direta:

Selecionar argumentos que reconheçam as territorialidades dos povos indígenas originários, das comunidades remanescentes de quilombos, de povos das florestas e do cerrado, de ribeirinhos e caiçaras, entre outros grupos sociais do campo e da cidade, como direitos legais dessas comunidades. (BRASIL, apud GUIDES, 2019, p.64),

portanto traz os elementos que podem contribuir para uma educação que seja qualitativa e ferramenta para a superação dos problemas enfrentados por essas populações.

É a partir da Lei 11645/2008 que alguns livros didáticos e as escolas passaram a contemplar a questão indígena, dedicando esforço ao tema, porém não de forma qualitativa, algumas pesquisas como a de Guides (GUIDES, 2019) e de Printes (PRINTES, 2015), indicam que poucos livros didáticos tratam a questão de forma significativa, alguns livros disseminam generalizações ou abordam a questão indígena de forma superficial, reproduzindo alguns preconceitos. Printes coloca que,

se constata nos livros a recorrência de uma visão panorâmica e superficial da temática indígena, por sinalizarem certa timidez em relação à abordagem do tema, que é representada com déficit, carência ou exotismo. [...] os aspectos relacionados à perspectiva histórica, estes se apresentam atrelados à chegada dos portugueses, omitindo ou silenciando a presença e intensidade da vida social indígena e das relações humanas nas aldeias indígenas pré-existentes [...]. (PRINTES, 2015, p.205)

Há certa constância nos livros didáticos em reproduzir imagens de indígenas residentes apenas na região norte do país, omitindo a presença nas demais regiões, a caricatura indígena é recorrente e apaga-se a presença dessa população em ambientes urbanos, só admitindo sua presença aí enquanto momento de protestos, principalmente para a demarcação de suas terras, deixando longe a problemática de que muitas cidades brasileiras foram construídas sobre suas terras. (PRINTES, 2015)

Porém há livros, em número reduzido, que tratam da temática de forma mais próxima da realidade dessas populações, proporcionando aos educandos possibilidade de inquietações, desafiando-os a pensar a realidade de forma crítica e transformadora. Esses livros tratam dos temas, reforçando a desconstrução de um indígena genérico, referentes a forma de ocupação e uso da terra, organização e reciprocidade na vida indígena, segurança alimentar, vida social, solidariedade e individualidade, questões históricas e jurídicas, questões referentes à demarcação de suas terras e a participação de alguns grupos em mercados regionais, resistência indígena frente à escravidão, a negação de diversos grupos à sociedade produtora de mercadorias, respeito ao ambiente natural como forma de sustentação de seu modo de vida. (PRINTES, 2015)

São poucos os livros que buscam uma abordagem antirracista e contra o preconceito, exprimindo alteridade e busca por uma visão de tolerância e respeito a grupos etnicamente diferentes. Nenhum livro analisado por Printes, por exemplo,

coloca que Terras Indígenas e Unidades de Conservação são sobrepostas, fazendo desses ambientes áreas de proteção por excelência. (PRINTES, 2015)

ANÁLISE DOS CADERNOS DE GEOGRAFIA DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

A secretaria de Educação do Estado de São Paulo produz um material denominado de Caderno do Professor, há um correspondente chamado de Caderno do Aluno, aquele orienta o trabalho pedagógico. Esse material será analisado aqui pois é, apesar do nome diferente, muito próximo de um livro didático consumível, de ampla utilização por parte dos educadores e educandos dessa rede de ensino, pois são estruturados de acordo com o que é preconizado pela BNCC, com competências e habilidades. Como muitos livros didáticos não conseguiram se adequar de forma satisfatória e não são os guias das provas institucionais do Estado de São Paulo, não os seguir torna o trabalho docente mais difícil e considerando a realidade dos docentes com inúmeras aulas diárias, por vezes, em mais de uma escola, esse material é de grande ajuda para o trabalho docente. Ressalto que não é de utilização obrigatória e nem substitui os livros didáticos e sua utilização somente pode ser feita de forma qualitativa por aqueles educadores que se debruçam sobre eles, que os estudam e deles se apropriam criticamente.

Parâmetros de Análise

Os parâmetros para análise teve por pressuposto àqueles colocados por Airton Rosa Lucion Guites em sua dissertação de mestrado, defendida em 2019, na Universidade Federal de Santa Maria e cujo título é Geografia e Livro Didático: Representação dos Povos Indígenas, e o artigo de Rafaela Biehl Printes que possui o seguinte título: Presença Indígena nos livros didáticos de Geografia, publicado na Revista Brasileira de Educação em Geografia no ano de 2015. Optou-se pela adaptação desses parâmetros que os autores adotam de outros pesquisadores e que coloca luz às questões indígenas além de serem próximos e oferecer uma parametrização consistente e qualitativa. Na dissertação esses parâmetros encontra-se na página 74 e no artigo na página 203.

A partir desses dois parâmetros coloquei estes abaixo para guiar a análise dos referidos cadernos: 1) Há preconceito ou estereótipos dos povos indígenas? 2) Como são retratados os povos indígenas nas imagens? Aparecem nus, com adornos, em ambientes urbanos ou em aldeias? 3) Como é tratada a questão demográfica? 4) Como é tratada a questão da escravidão dos povos indígenas? 5) Consideram os indígenas como cidadãos? 6) Como é tratada a questão sobre suas terras e a relação delas com a segurança alimentar? 7) Como é tratada a diversidade étnica e cultural dos povos indígenas, como aparecem seus rituais? 8) A espacialização, mapas e organização social dos indígenas são tratadas de qual maneira? 9) As políticas públicas e instituições indígenas são abordadas, como os indígenas aparecem frente à constituição, além disso, como é abordado o sistema político dos grupos indígenas? 10) É abordado o sistema de transmissão de conhecimento?

O Caderno do 1º Ano do Ensino Médio e a Lei 11645/2008

1º Bimestre

Situação de aprendizagem 1

Essa primeira situação de aprendizagem trabalha com a Competência:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica. (SÃO PAULO, 2022 a, p.21)

E a Habilidade:

(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais. (SÃO PAULO, 2022 a, p.21).

É dividida em 6 momentos distintos, cujos temas têm por títulos: “Leitura e Análise de Imagens” (SÃO PAULO, 2022 a, p.22), “Análise de Documentário e Leitura de Texto” (SÃO PAULO, 2022 a, p.23), “Estudo de Caso” (SÃO PAULO, 2022 a, p.25), “Orçamento Público: Exercendo a Cidadania” (SÃO PAULO, 2022 a, p.26), “Intervenção na Sociedade” (SÃO PAULO, 2022 a, p.27) e “Questão de Vestibular” (SÃO PAULO, 2022 a, p.29). Trabalha nesses tópicos a questão da apropriação dos rios urbanos, traz a possibilidade da análise do documentário Entre Rios, cujo conteúdo faz referência ao povo indígena que primeiro ocupou o sítio urbano da cidade de São Paulo,

cujos topônimos têm aí sua origem, porém nessa atividade não há nenhuma referência aos povos indígenas, perdendo a possibilidade de uma problematização da forma de tratamento e uso dos corpos d'água por esses povos e a sociedade contemporânea.

Situação de Aprendizagem 2

Essa proposta de atividade trabalha com a mesma Competência da atividade 1 e com a seguinte habilidade:

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos. (SÃO PAULO, 2022 a, p.30)

É dividida em cinco momentos, cujos títulos dos temas são: “Leitura de Imagem e Texto” nos dois primeiros momentos (SÃO PAULO, 2022 a, p.31 e 32), “Elaboração de Mapa Conceitual” (SÃO PAULO, 2022 a, p.35), “ Questão de Vestibular” (SÃO PAULO, 2022 a, p.36) e “Reflexão em Grupo” (SÃO PAULO, 2022 a, p.37).

O primeiro momento traz um enxerto de texto sobre os incas com imagens de Machu Picchu e do lago Titicaca, o segundo momento traz um texto sobre os Moais que habitavam a Ilha de Páscoa, o texto sugere, sem fontes, que essa população esgotou seus recursos, desmatou, por ambição, competição ou falta de conhecimento e que os nativos “não conseguiram fazer uma gestão sustentável dos seus recursos naturais.” (SÃO PAULO, 2022 a, p.32), o texto utiliza dos conceitos da sociedade da mercadoria, em permanente crise, para analisar outra formação social, texto com indicativos implícitos que as populações nativas não tem capacidade de gerenciamento de seus recursos, carrega as ideologias da classe dominante, que busca meios para justificar a expropriação das terras indígenas sob o argumento de que precisam de tutela para sobreviverem, que sua cultura não dá conta de sua subsistência, pensamento esse que era política de Estado no país até a promulgação da Constituição de 1988. Apesar de referir-se sobre um povo que vive em outro território que não o nacional, se trata de um subterfúgio, que por analogia, toca diretamente os povos indígenas, traz toda a discussão já superada de que não são capazes, vão longe geograficamente para atingirem um objetivo próximo, são algozes que buscam todas as maneiras para justificar o extermínio, os preconceitos e interferências no modo de vida tradicional, inclusive com artimanhas epistêmicas de utilizar conceito de uma formação social para

analisar outra. Faz sentido de falar em sustentabilidade em uma sociedade não industrial? Não havia outro exemplo para tratar de questões relativas às consequências de utilização irracional dos recursos naturais? Por que colocar o exemplo com um grupo nativo de outra formação social? Quais os objetivos desse momento da situação de aprendizagem 2?

Situação de Aprendizagem 3

Nessa situação de aprendizagem é utilizado a mesma competência das anteriores, com a seguinte habilidade:

(EM13CHS105) Identificar, contextualizar e criticar tipologias evolutivas (populações nômades e sedentárias, entre outras) e oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/emoção, material/virtual etc.), explicitando suas ambiguidades. (SÃO PAULO, 2022 a, p.38)

Também dividida em cinco momentos, o título de seus temas são: “Análise de Texto e Gráfico” (SÃO PAULO, 2022 a, p.39), “Vamos Dialogar” (SÃO PAULO, 2022 a, p.40), “Construção de Mapa Conceitual” (SÃO PAULO, 2022 a, p.42), “Produção de Documentário” (SÃO PAULO, 2022 a, p.43) e “Questão de Vestibular” (SÃO PAULO, 2022 a, p.45).

O primeiro momento traz questões energéticas, o segundo faz referência as hidroelétricas com um texto falando dos impactos e um documentário da Tv Folha, Especial Belo Monte, vídeo com 9 minutos e 48 segundos.

Análise do vídeo: Começa com a questão das indenização das famílias que foram atingidas pelas obras e pela barragem, um homem, ribeirinho, diz que os indígenas recebem a indenização, mas os outros não, ele ainda diz que os indígenas são iguais a eles, “são carne humana igual a gente” (TV FOLHA #97,2014, 3mim e 37seg), porém em outro momento um outro ribeirinho fala que recebeu uma quantia de dinheiro que lhe serviu para comprar um lote, uma casa em Altamira e uma carro usado. O vídeo traz os impactos que se abaterá sobre essas populações, há uma entrevista com Giliarde Juruna, líder da aldeia Muratu, ele exhibe profundo conhecimento sobre os peixes do rio, sobre os tipos de peixes, onde ocorrem e em qual período do ano, coloca que com a mudança no regime de água vai deixar o nível sempre igual ao do período seco e haverá apenas uma espécie disponível e que é insuficiente para a segurança alimentar da população indígena. Na sequência há uma entrevista com Antônio neto, gestor ambiental da Norte Energia, empresa responsável pela usina hidroelétrica,

que afirma que haverá interferência e desaparecerá peixes e que se estudos indicarem quais espécies desaparecerá haverá uma mitigação do dano, também afirma que ninguém sabe ao certo quais são os impactos reais. O vídeo ainda contém outras entrevistas enfatizando os desastres socioambientais decorrente da obra e utiliza de imagens e músicas sensibilizadoras. Há algumas cenas contendo indígenas, além do líder entrevistado, há uma família indígena em um barco com uma mulher e duas crianças com roupas e um menino sem camisa, há também uma mulher indígena tecendo, com pintura corporal expressiva, também há dois indígenas onde um deles, com um colar com crucifixo e um óculos escuro na cabeça, mostra um livro para o outro. Interessante que um dos entrevistados se vê igual aos indígenas com uma fala de cobrança por direitos iguais.

A atividade ainda coloca a seguinte pergunta problematizadora para o debate: “Será que as hidrelétricas produzem uma energia limpa e renovável?” (SÃO PAULO, 2022 a, p.41). Traz ainda um texto que busca colocar a discussão sociedade natureza a partir do filósofo Bertrand Russell, o terceiro momento coloca dois textos sobre barragens para o debate entre educador e educandos. O quarto momento é uma proposta de produção de documentário sobre Redução de Risco de Desastre com base na Estratégia Internacional para redução de Desastres – EIRD. O quinto momento traz uma questão de vestibular sobre as populações ribeirinhas atingidas pelas barragens.

Em nenhum momento nesta situação de aprendizagem há referência aos povos indígenas dentro do próprio material, vítimas constante de forma direta na construção de barragens, como no caso de Belo Monte, com a barragem ocupando suas terras ou ainda quanto altera-se fluxos dos rios e muitas vezes seus cursos, atingindo seu modo de vida. A indicação do vídeo esbarra em algumas questões que são pertinentes ao debate indígena, porém temos a questão das infraestruturas das salas de aula nem sempre ter os equipamentos necessários para a sua execução, além disso, requer internet, domínio desses equipamentos pelo docente e o contingenciamento de sua reprodução. A análise do vídeo toca em algumas das questões colocadas como parâmetros de análise do livro didático, que aplicarei também ao vídeo, sobre o parâmetro 1 e 2, os indígenas não são estereotipados, a imagem feita sobre eles são reais, sobre o parâmetro 6, fica claro que a interferência das obras no rio altera drasticamente a segurança alimentar desse povo, como pode ser percebido na fala de Giliarde, a fala desse líder demonstra conhecimento sobre o rio e sobre as espécies de

peixes. Os outros parâmetros não são retratados no vídeo. É insuficiente o vídeo para com a Lei 11645/2008, pois não está diretamente no material, e mesmo assim, toca em algumas questões de forma superficial, não foi contemplado aquilo que é preconizado pela legislação, porém há um ganho por colocar em debate uma questão importante para os povos indígenas, a da ocupação de suas terras e o conseqüente desmonte de seus modos de vida que possui como uma das conseqüências a insegurança alimentar. Se bem aproveitado pelo docente esse momento de aprendizagem pode ser significativo e aproveitado para um aprofundamento com outros materiais.

Situação de aprendizagem 4

A quarta situação de aprendizagem contínua com a Competência das atividades anteriores e com a habilidade

(EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (SÃO PAULO, 2022 a, p.46)

Dividida, como a segunda e a terceira em cinco momentos, o primeiro com a temática das “Técnicas do Sensoriamento Remoto” (SÃO PAULO, 2022 a, p.47), em seqüência temos, “As Geotecnologias e Seu Uso em Diferentes Fenômenos Espaciais” (SÃO PAULO, 2022 a, p.48), “Produção de Mapas” (SÃO PAULO, 2022 a, p.49), “Análise de Texto e Mapas” (SÃO PAULO, 2022 a, p.52) e o quinto com “Questão de Vestibular” (SÃO PAULO, 2022 a, p.53), como é a última situação do bimestre traz a indicação de uma “Autoavalição” (SÃO PAULO, 2022 a, p.53).

Nesta situação de aprendizagem é explorado temas da qual a geografia tem direcionado aos povos indígenas, porém não há nenhum direcionamento ao tema dos povos indígenas.

2º Bimestre

Situação de aprendizagem 1

Essa situação de aprendizagem traz a mesma Competência trabalhada ao longo do 1 bimestre, e se referência na seguinte Habilidade:

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de

dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros). (SÃO PAULO, 2022 a, p.55)

Dividida em três momentos, com o primeiro trazendo questões da “Dinâmica da Natureza” (SÃO PAULO, 2022 a, p.56), o segundo momento com “Concentração de Renda” (SÃO PAULO, 2022 a, p.59) e o terceiro momento vem com o tema da “Responsabilidade Socioambiental” (SÃO PAULO, 2022 a, p.60). A situação de aprendizagem não faz referência alguma aos povos indígenas.

Situação de aprendizagem 2

Continua trabalhando com a mesma competência e agora com a habilidade:

(EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço. (SÃO PAULO, 2022 a, p.62)

A proposta é dividida em cinco momentos, cujos títulos em ordem são: “Patrimônio Natural” (SÃO PAULO, 2022 a, p.62), “O Papel da Atividade Turística na Proteção do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural” (SÃO PAULO, 2022 a, p.64), “Manifestações Culturais” (SÃO PAULO, 2022 a, p.65), “Produção de Documentário” (SÃO PAULO, 2022 a, p.66) e “Vestibular” (SÃO PAULO, 2022 a, p.67).

No primeiro momento com o tema patrimônio natural, a atividade proposta nesse traz imagens de figuras rupestres da Serra da Capivara, com um pequeno texto falando sobre as figuras, porém não busca indicar por quem foi produzido, não há nenhuma problematização em torno dessa questão, traz um QR code para um vídeo do Youtube, cujo título é “Serra da Capivara, Piauí: pinturas rupestres, turismo e segredos milenares” (SÃO PAULO, 2022, p.63).

Análise do vídeo: Nele a pesquisadora Niède Guidon tem uma fala onde uma pessoa lhe apresenta algumas fotos de “desenho de índios” (SERRA DA CAPIVARA, 2020, 1min 31seg) foi a partir daí que ela se interessa sobre aquele ambiente e se debruça sobre ele, suas pesquisas indica a possível datação da ocupação humana na América, o vídeo possui um apelo ao turismo, sendo a discussão da ocupação humana secundária, não sendo possível analisar segundo os parâmetros adotados.

Há ainda no caderno do professor uma orientação para esta atividade, indicando ser necessário o resgate do conceito de pintura rupestre trabalhado na

disciplina de história nos anos finais do Ensino Fundamental II e também sobre a “pré-história brasileira” (SÃO PAULO, 2022, p.64). Não há como aplicar os parâmetros para analisar a questão dos povos indígenas, não há nenhuma referência problematizadora. Não contempla de forma alguma a existência de uma população de forma a dar elementos para uma discussão mais profunda, o material é raso, simplista e simplificador de uma discussão que se apresenta sem responsabilidade alguma com as populações pretéritas, busca esconder esses povos mostrando uma de suas produções, é a utilização do progresso de forma a ressaltar um regresso social que não dá voz, que não indica quem foram esse povo, o que se sucedeu com eles, carrega aquela ideologia que foi superada, porém não desconstruída, com a constituição de 1988. A situação de aprendizagem não traz elementos diretos para a discussão dos povos indígenas apesar do vídeo fazer referência aos vestígios de populações anteriores à invasão portuguesa, perdeu-se um momento interessante para a inserção daquilo que é preconizado pela Lei 11645/2008.

Situação de aprendizagem 3

Nessa situação há uma nova Competência da BNCC, “Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.” (SÃO PAULO, 2022, p.68) e uma nova habilidade,

(EM13CHS203) Comparar os significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas (civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, esclarecimento/obscurantismo, cidade/campo, entre outras). (SÃO PAULO, 2022, p.68)

A atividade é dividida em quatro momentos distintos, sendo o primeiro referente a “Fronteira, Território e Territorialidade” (SÃO PAULO, 2022 a, p.68), coloca em relevo a definição das fronteiras pelo Barão de Rio Branco, informa que o Brasi não possui conflitos fronteiriços e faz uma breve alusão, superficial, como em todos os conteúdos do material, à Guerra do Paraguai, aqui perdeu-se mais uma vez a possibilidade de se contemplar a Lei 11645/2008, pois nesse conflito houve participação categórica e de suma importância para o vencedor, de indígenas e negros, cujas habilidades bélicas superavam a dos exército oficial, vale conhecer a história da participação do povo indígena Kadiwéu, que lutou bravamente nesse conflito. O

segundo momento tem o título de “Objetivo de desenvolvimento Sustentável 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.” (SÃO PAULO, 2022 a, p.70), nenhuma referência aos povos indígenas. O terceiro momento de aprendizagem é sobre “Segregação Espacial e Cultural” (SÃO PAULO, 2022, p.71), traz questões sobre o urbano e o direito à cidade, mas também nenhuma referência sobre os povos indígenas, nessa situação aparece uma proposta interessante de trabalho de campo. O quarto momento é “ Vestibular Questão” (SÃO PAULO, 2022 a, p.75). Diretamente, no corpo do material, dentro dessa situação de aprendizagem não há nenhuma referência à povos indígenas.

Situação de Aprendizagem 4

Continua-se com a Competência da situação anterior com a seguinte Habilidade:

(EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas. (SÃO PAULO, 2022, p.75)

É dividida em cinco momentos de aprendizagens, em nenhum deles é contemplado a Lei 11645/2008, os títulos dos momento são: “As diferentes concepções de Globalização” (SÃO PAULO, 2022, p.76), “Potências Mundiais e o Comércio” (SÃO PAULO, 2022, p.77), “ Organismos Internacionais e Políticas de Administração Nacionais” (SÃO PAULO, 2022, p.79), “ Esse é o nosso lar” (SÃO PAULO, 2022, p.80) e a quinta com uma questão de vestibular.

Assim termina o primeiro caderno de Geografia da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, sem nenhuma atividade direcionada diretamente aos povos indígenas que ocupam ou ocuparam o território nacional, há a questão sobre a Ilha de Páscoa, que busca uma inferência negativa sobre os povos pré-colombianos.

Segundo Caderno

3º Bimestre

Situação de aprendizagem 1

A Competência indicada para o desenvolvimento da atividade é a mesma das situações 3 e 4 do segundo bimestre, já a Habilidade é “(EM13CHS205) Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas,

ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.” (SÃO PAULO, 2022 b, p.17). Dividida em 4 momentos distintos, a atividade tem os seguintes temas, “ Demografia” (SÃO PAULO, 2022 b, p.17) no primeiro momento, “Transição Demográfica” (SÃO PAULO, 2022 b, p.18) no segundo, “Desigualdade no Território” (SÃO PAULO, 2022 b, p.22) no terceiro e “Questões de Vestibular” (SÃO PAULO, 2022 b, p.23) no quarto. Não há nenhuma referência aos povos indígenas nessa situação de aprendizagem, como se não fizessem parte da demografia.

Situação de Aprendizagem 2

Com a mesma Competência da situação anterior e com a Habilidade “(EM13CHS206) Analisar a ocupação humana e a produção do espaço em diferentes tempos, aplicando os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, arranjos, casualidade, entre outros que contribuem para o raciocínio geográfico” (SÃO PAULO, 2022 b, p.24). A atividade é dividida em cinco momentos, com os seguintes temas em ordem dos momentos: “Produção e Ocupação do Espaço” (SÃO PAULO, 2022 b, p.24), “ Ilhas de Calor” (SÃO PAULO, 2022 b, p.26), “Objetivo de Desenvolvimento Sustentável” (SÃO PAULO, 2022 b, p.31), “Mitigação do Fenômeno das Ilhas de Calor” (SÃO PAULO, 2022 b, p.32 e “Questões de Vestibular” (SÃO PAULO, 2022 b, p.32). Não há nenhuma referência aos povos indígenas nessa situação de aprendizagem, mesmo que dentro desses temas abordados o modo de vida indígena tem muito a nos ensinar sobre uma relação sociedade natureza pautada na continuidade de existência do substrato material sem alterações que restrinja sua reprodução e que são capazes de solucionar os problemas advindos da forma predatória de relação com o meio desenvolvida pela sociedade da mercadoria.

Situação de Aprendizagem 3

A Competência é a mesma das situações anteriores, com a seguinte Habilidade:

(EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles. (SÃO PAULO, 2022 b, p.33).

Dividida em quatro momentos com os seguintes temas em ordem: “Movimentos Migratórios” (SÃO PAULO, 2022 b, p.34), “Refugiados do Clima” (SÃO PAULO, 2022 b, p.36), “Desigualdade Socioespacial” (SÃO PAULO, 2022 b, p.37) e “Questões de Vestibular” (SÃO PAULO, 2022 b, p.40), não há referência em nenhum dos momentos sobre a Lei 11645/2008.

Situação de Aprendizagem 4

Com a mesma Competência das atividades anteriores e com a Habilidade:

(EM13CHS202) Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas de grupos, povos e sociedades contemporâneos (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais. (SÃO PAULO, 2022 b, p.40)

A atividade é dividida em cinco momentos com os seguintes temas em ordem: “Geopolítica” (SÃO PAULO, 2022 b, p.41), “A Geopolítica Ambiental” (SÃO PAULO, 2022 b, p.43), “Consumo Consciente e Responsável” (SÃO PAULO, 2022 b, p.46), “World Café” (SÃO PAULO, 2022 b, p.48) e “ Questões de Vestibular” (SÃO PAULO, 2022 b, p.49), também não há, nessa situação de aprendizagem, nenhuma referência aos povos indígenas.

As atividades propostas para o terceiro bimestre, nenhuma delas contempla os povos indígenas.

4º Bimestre

Situação de Aprendizagem 1

A situação de aprendizagem 1 do quarto bimestre se orienta por uma Competência ainda não trabalhada ao longo do ano letivo, “Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.” (SÃO PAULO, 2022 b, p.50), e coloca a seguinte Habilidade:

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos. (SÃO PAULO, 2022 b, p.50).

Dividida em três momentos com os seguintes temas, em ordem: “Cartografia da Violência” (SÃO PAULO, 2022 b, p.50), “Violência nas Campanhas Políticas” (SÃO

PAULO, 2022 b, p.53) e “ Fake News” (SÃO PAULO, 2022 b, p.55). Não há, também, referência os povos indígenas em nenhum dos temas tratados.

Situação de Aprendizagem 2

Traz uma outra Competência ainda não trabalhada pela disciplina de Geografia, “Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade” (SÃO PAULO, 2022 b, p.58), com uma habilidade que trata diretamente sobre os povos indígenas:

(EM13CHS601) Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo os quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país. (SÃO PAULO, 2022 b, p.58).

A situação de aprendizagem vem dividida em seis momentos distintos, com os seguintes temas: “Leitura e Análise de Imagens” (SÃO PAULO, 2022 b, p.58), “Leitura e Análise de Vídeo e Texto” (SÃO PAULO, 2022 b, p.59), “Estudo de Caso” (SÃO PAULO, 2022 b, p.61), “Composição Textual Crítica” (SÃO PAULO, 2022 b, p.64), “Elaboração de um Projeto de Lei” (SÃO PAULO, 2022 b, p.65) e “Questões de Vestibular” (SÃO PAULO, 2022 b, p.68). É aqui que vai aparecer de forma direta, pela primeira vez em todo o caderno o tratamento da Lei 11645/2008 e propõem-se a construção do saber sobre povos indígenas.

No primeiro momento dessa situação de aprendizagem, na análise de imagens, há uma fotografia de indígenas, retratados com cocares e alguns com pinturas corporais, a atividade requer um levantamento prévio do conhecimento dos educandos sobre as populações tradicionais, há, além da imagem, uma retratando população quilombola. Atinge os parâmetros 1 e 2.

Imagem 1 - Primeira Imagem de Indígenas no Caderno



Fonte: Caderno do Professor (SÃO PAULO, 2022 b, p.58)

No segundo momento há a indicação de um vídeo do Instituto Socioambiental e uma pequeno texto explicando o vídeo, diz que o fato de que eles “[...] incorporam hábitos considerados de “homem branco”, como usar roupas ou tecnologia, entretanto, não fazem deles menos índios. Eles continuam lutando para manter sua identidade e cultura indígenas.” (SÃO PAULO, 2022 b, p.59). Importante colocação que desconstrói estereótipos, generalizações e avança na construção fidedigna do que são os indivíduos que compõem os povos indígenas, demonstram, que assim como os demais integrantes da sociedade brasileira, estão em pleno desenvolvimento de suas capacidades, que estão em processo permanente de aprendizagem.

Descrição e análise do vídeo: O vídeo de 1minuto e 31 segundo se inicia com uma cantoria indígena e a imagem de um indígena, integrante da etnia Baniwa, do Alto Rio Negro, falando em seu idioma, depois aparecem dois jovens um deles com cocar, na sequência uma jovem, na narrativa, enquanto aparece um adulto com a camisa de futebol do time Barcelona, da Espanha, diz que andam pelados. Há logo em seguida algumas crianças, todas com roupas comuns numa janela de uma casa cuja cobertura é de palha, depois passa algumas pessoas assistindo a imagens projetada na parede, às costas deles há uma antena parabólica, o narrador nesse momento diz que vivem isolados, não conectados, e durante sua fala há um jovem num computador, e uma mulher num celular com fone de ouvido, a ironia segue, diz que estão sempre de cocar, numa imagem com um indígena de boné, no momento em que se coloca que comem com as mãos, um jovem de óculos escuros na cabeça, uma tigela nas mãos leva uma colher à boca. Depois diz que todos tem o cabelo igual, na imagem um indígena de moicano, corte de cabelo diferente dos outros que apareceram no vídeo. Enquanto alguns jovens jogam futebol, um deles com a camisa da seleção brasileira, se diz que

eles não têm pátria, depois um senhor folheia a bíblia, o narrador diz que também não têm religião, diz ainda que o único esporte é caçar. A narrativa segue me tom crítico, se tudo mudou desde 1500 e você continua sendo “homem branco”, não podemos mudar e continuar sendo índios, pergunta. O vídeo finaliza com hashtag do título, menos preconceito e mais índio. Um vídeo com diversos elementos importantes para a questão indígena levantados nos parâmetros da análise do livro didático e que será aplicado ao vídeo. O primeiro e segundo parâmetro são contemplado de maneira satisfatória (1) Há preconceito ou estereótipos dos povos indígenas? 2) Como são retratados os povos indígenas nas imagens? Aparecem nus, com adornos, em ambientes urbanos ou em aldeias?) tanto no vídeo, quanto na imagem, os indígenas são retratados sem estereótipos, dentro de um ambiente que é a aldeia, em meio a floresta, um aparece com adorno. O vídeo é bastante curto para abordar os dez parâmetros adotados aqui, porém de ótima qualidade para o debate das duas da qual faz importante alusão.

Há também nesse momento de aprendizagem um texto com o título, “Mas “índio” é tudo igual?” (SÃO PAULO, 2022 b, p.60), que traz uma importante contribuição de quebra de estereótipos, e pontua que essa generalização é um preconceito, que indígena é mais um modo de ser do que de aparecer, que a definição se dá pela autoidentificação e pertencimento a uma comunidade que o reconhece como tal e que a principal característica dos povos indígenas no Brasil é a diversidade. É um texto curto, potente, importante para o debate sobre os povos indígenas. Há ainda algumas questões que buscam a reflexão crítica que busca desconstruir que os indígenas estão à parte da sociedade brasileira. Atingem o parâmetro 1 sobre os preconceito.

O terceiro momento, estudo de caso, traz um texto sobre a demografia indígena, com dados do Censo de 2010, também há duas tabelas sobre esses dados:

Os gráficos trazem duas questões, o primeiro coloca que há população indígena dentro e fora de Terras Indígenas e em ambiente Urbano, e o segundo coloca a distribuição dessa população por regiões, evitando assim a generalização de que os indígenas vivem apenas na Região Norte. Há também perguntas que levam a esse entendimento, reforçando a quebra de estereótipos e preconceitos de indígenas são aqueles que vivem apenas em aldeias e em meio à ambientes sem alteração antrópica significativa. Numa segunda etapa desse momento de aprendizagem há uma proposta de pesquisa sobre os direitos indígenas, documentos legais, Terras Indígenas e Órgãos

Fiscalizadores e Reguladores, com indicação de dois sites relacionados aos povos indígenas, Funai e Instituto Socioambiental. (SÃO PAULO, 2022 b). Na terceira etapa os educandos são levados a sistematizar o resultado da pesquisa. (SÃO PAULO, 2022 b). Esse momento de aprendizagem contempla outros parâmetros, o terceiro (Como é tratada a questão demográfica?), por meio de dados estatísticos expostos em tabela e gráfico, o quinto (Consideram os indígenas como cidadãos?) e o nono (As políticas públicas e instituições indígenas são abordadas?), por meio da pesquisa sobre os direitos indígenas, documentos legais, Órgãos Fiscalizadores e Reguladores, porém para efetiva contemplação há necessidade da atenção e intervenção do professor caso os educandos não cheguem à conclusão dos direitos dos povos indígenas assegurados pela Constituição de 1988 e suas instituições legais.

No quarto momento de aprendizagem a proposta é a elaboração de um texto crítico após leitura de reportagens e debate em sala de aula, sobre os problemas enfrentados pelas populações tradicionais no Brasil, com referência explícita sobre os indígenas. Propõe que a discussão se dê em torno das questões sobre a COVID-19, as três reportagens, todas com link e QR code no material, sobre a temática indígena são: “Operação desativa garimpo de diamante em reserva de Rondônia”, “Ministro diz que é “paradoxal crueldade” dar terras a indígenas e negar-lhes convívio urbano.” e “Funai e governo de Roraima querem que Exército ajude a evitar conflitos em terra indígena”. (SÃO PAULO, 2022 b, p.65). Com essa atividade toca-se nas questões do parâmetro sexto (Como é tratada a questão sobre suas terras e a relação delas com a segurança alimentar?), podendo o professor relacionar os dois temas presentes aí no debate.

O quinto momento traz a proposta de criação de um projeto de lei com a seguinte temática: “por que se deve dar um tratamento diferenciado na preservação de determinado povo ou determinada etnia em detrimento de outros?” (SÃO PAULO, 2022 b, p.65) a ideia é um debate sobre “leis que favoreçam o trato diferenciado das comunidades tradicionais, em especial as comunidades indígenas e quilombolas” (SÃO PAULO, 2022 b, p.65). O parâmetro diretamente relacionado é o nono referente às políticas públicas e instituições indígenas, e como os indígenas aparecem frente à constituição, além disso, como é abordado o sistema político dos grupos indígenas? Aqui tem questões que foram colocadas de uma maneira que pode ser problemática, requer preparo e atenção do educador. Seria uma busca por deslegitimar a legislação que tratam desses povos no Brasil?

No sexto momento, “questões de vestibular”, o exercício proposto vem do ENEN 2013, com dois mapas, um da distribuição da população brasileira no território nacional e outro com os conflitos em terras indígenas. A questão é sobre onde há a menor proporção desse conflito no Brasil, a resposta correta diz que a menor incidência se dá onde há a concentração histórica da urbanização, como é uma questão fechada não traz que onde hoje situa boa parte das cidades brasileiras antes foi terra indígena, palco de inúmeros conflitos. Este momento contempla o sexto e oitavo parâmetros (Como é tratada a questão sobre suas terras e a relação delas com a segurança alimentar? e A espacialização, mapas e organização social dos indígenas são tratadas de qual maneira?).

Quadro 1 - Parâmetros contemplados nesta situação de aprendizagem:

Parâmetro / Momento de aprendizagem	1	2	3	4	5	6
1	x	x				
2	x	x				
3			x			
4						
5			x			
6				x		x
7						
8						x
9			x		x	
10						

Fonte: autor.

Os parâmetros 7 e 10, respectivamente, Como é tratada a diversidade étnica e cultural dos povos indígenas, como aparecem seus rituais? e É abordado o sistema de transmissão de conhecimento? não foram contemplados nessa situação de aprendizagem. Até aqui a única situação que trata dos povos indígenas com alguma qualidade. Importante ressaltar ainda que toda essa situação de aprendizagem também faz referência aos negros, porém aqui não é o objeto de análise.

Situação de Aprendizagem 3

Tem por estrutura a Competência:

Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global. (SÃO PAULO, 2022 b, p.69).

E a Habilidade:

(EM13CHS304) Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, selecionando, incorporando e promovendo aquelas que favoreçam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável. (SÃO PAULO, 2022 b, p.69).

Está dividida em quatro momentos, cujos temas são: “Riscos e Desastres” (SÃO PAULO, 2022 b, p.69), “Mudanças Climáticas e a Redução de Riscos de Desastres” (SÃO PAULO, 2022 b, p.73), “Vamos Pesquisar” (SÃO PAULO, 2022 b, p.76), “Questão de Vestibular” (SÃO PAULO, 2022 b, p.76). Não há referência sobre os povos indígenas.

Situação de aprendizagem 4

Essa atividade traz a Competência “Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos” (SÃO PAULO, 2022 b, p.77) e a Habilidade:

(EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade. (SÃO PAULO, 2022 b, p.77)

É estruturada em quatro momentos cujos títulos são: “ A Igualdade e o Respeito à Diversidade” (SÃO PAULO, 2022 b, p.78), “Direitos Humanos” (SÃO PAULO, 2022 b, p.79), “Institucionalização dos Direitos Humanos” (SÃO PAULO, 2022 b, p.81) e “Evento Estudantil” (SÃO PAULO, 2022 b, p.84). Assim termina o segundo caderno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O material analisado, os dois Cadernos do Professor, que possuem orientação para a utilização do Caderno do Aluno e visa a organização das estratégias de ensino demonstrou ser insuficiente e não contempla qualitativamente a temática proposta pela Lei 11645/2008, a abordagem carece de aprofundamento. Dois momentos de aprendizagem trazem estranhamento, o primeiro sobre os Moais da Ilha de Páscoa, que pode construir o falso conhecimento de que povos pretéritos cuja organização social difere da dominante de nossos dias, ou seja, o modo de produção capitalista, não tinham capacidade de manipular os recursos disponíveis de maneira a não leva-los ao seu esgotamento, isso, por analogia, pode ser interpretado que os povos indígenas atuais e sua sociabilidade não são suficientes para a produção da vida e do vivido segundo sua forma social, enquanto que os principais problemas que enfrentam são produzidos na relação com a sociedade produtora de mercadorias, que desde a invasão portuguesa os desterritorializam em busca das riquezas contidas nas terras que ocupam, ou ainda, na tentativa ou efetivação de sua escravidão. É uma estratégia para a efetivação da ideia, já ultrapassada, de que os indígenas, devido ao seu modo de vida que se realiza sem a necessidade da mercadoria, e aqui me refiro à mercadoria principal da nossa forma de socialização, àquela que constitui a substância do valor e núcleo social, ou seja, o trabalho, sendo assim, por não desenvolverem relações de trabalho, essa população está fadada ao desaparecimento? É um retorno às prospecções demográficas que colocavam que em questão de décadas os indígenas seriam extintos ou um saudosismo dessa perspectiva? O outro momento está dentro da única situação que realmente trabalhou a questão com um pouco de qualidade, ao propor o tema “por que se deve dar um tratamento diferenciado na preservação de determinado povo ou determinada etnia em detrimento de outros?” (SÃO PAULO, 2022 b, p.65) pode parecer que os direitos conquistados pelos povos indígenas é depreciativo ou ainda uma subtração dos direitos dos demais, enquanto visa garantir-lhes os direitos humanos básicos, como o direito à vida, a alimentação, à educação, à dignidade, garantir-lhes o direito à existência tal como são, não pode ser visto como um tratamento diferenciado e sim como um tratamento humano, que foi negado a esses povos até 1988.

Há apenas uma situação de aprendizagem a ser tratada a situação de forma direta, isso significa que durante os quatro bimestres, os educandos entram em contato com esse tema apenas dentro de seis momentos de aprendizagem, o ideal seria trabalhar a temática dos povos indígenas dentro de outras situações de aprendizagem, houve ao longo o material diversos temas que poderiam servir para a inserção das questões indígenas. E se trabalhado ao longo do ano letivo torna-se um tema latente, que proporcionaria aos educandos uma reflexão constante contribuindo para uma melhor compreensão dessa população que integra a sociedade brasileira, possibilitando ainda a construção de um aprendizagem crítica, inclusiva e transformadora.

A ciência geográfica possui, em comparação com outros temas, poucos trabalhos acadêmicos com a temática dos povos indígenas, isso reflete-se na produção dos materiais didáticos, porém temos acumulado conhecimentos suficiente, principalmente em outras disciplinas que compõem as Ciências Humanas, como na Antropologia, na Sociologia e na História, para desenvolver materiais pedagógicos que contemplem a Lei 11645/2008 de forma qualitativa. É necessário um aprofundamento maior nessa temática e a produção de materiais de melhor qualidade, assim como

precisa-se ter entre os autores desses materiais indivíduos pertencentes aos povos indígenas para que possam ter voz e contribuir com profundidade à questão.

Por não haver generalizações ou reafirmação de estereótipos ou preconceitos, o material possui méritos, caso o docente tenha uma boa formação pode utilizar o material para uma construção crítica do conhecimento, porém, muitos docentes possuem carga horária de trabalho que não permitem formações complementares, devido à baixa remuneração, para completar cargas horárias, muitos são sujeitos a lecionar em mais de uma unidade de educação, precisa ser somado a essa questão o fato de que muitos professores possuem formação deficitária, alguns à distância, e veem de uma perspectiva que não incluíam os indígenas como cidadãos, o que reforça a necessidade de materiais didáticos de qualidade.

É preciso ressaltar a função ideológica do livro didático e que está presente no material analisado, uma das atividades fomentava uma visão ultrapassada de que não são capazes de gerenciamento de seus recursos de que seus modos de vida são insuficientes, ao negligenciar a organização política dos indígenas e suas formas de transmissão de conhecimento corrobora com essa consideração. A falta da questão política é uma maneira de esconder as lutas desses povos em relação aos seus direitos, principalmente a luta pela demarcação de suas terras, e ainda suas articulações nacionais e internacionais.

BIBLIOGRAFIA:

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Brasília, DF, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm Acesso em 12/04/2023.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **PL 490/07 e marco temporal colocam em risco os direitos dos povos indígenas”, alerta presidenta da Funai**. [S.l.], 2023. Portal. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/201cpl-490-07-e-marco-temporal-colocam-em-risco-os-direitos-dos-povos-indigenas201d-alerta-presidenta-da-funai#:~:text=O%20marco%20temporal%20%C3%A9%20uma,antes%20de%20uma%20cerca%20data>. Acesso em: 24 de maio de 2023.

GUERRA, E. F.; ARRUZZO, R. C. Geografia e povos indígenas: um panorama da produção brasileira contemporânea/Geography and Indigenous Peoples: an overview of contemporary Brazilian production / Geografía y pueblos indígenas: una visión general de la producción brasileña contemporânea. **REVISTA NERA**, [S. l.], v. 23, n. 54, p. 115–136, 2020. DOI: 10.47946/rnera.v23i54.7914. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/7914>. Acesso em: 18 abr. 2023

GUIDES, A. R. L. Geografia e livro didático: Representação dos povos indígenas. Orientador: Dr. Eduardo Schiavone Cardoso. 2019. 115f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010 primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Último censo do IBGE registrou quase 900 mil indígenas no país; dados serão atualizados em 2022**. [S.l.], 2022. Portal. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/ultimo-censo-do-ibge-registrou-quase-900-mil-indigenas-no-pais-dados-serao-atualizados-em-2022#:~:text=O%20contingente%20de%20brasileiros%20que,2000%2C%20totalizando%20734%20mil%20pessoas>. Acesso em: 24 de maio de 2023

ISA: #MenosPreconceitoMaisÍndio. [S.l:s.n.], 2017. 1 vídeo (1 min 31 seg). Publicado pelo canal Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uuzTSTmIaUc>. Acesso em 09/05/2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

MUNDURUKU, D. Movimentos Indígenas ou Índios em Movimento. In: OLIVEIRA, A.U.; MARQUES, M.I.M. (org.). **O Campo no Século XXI**: território de vida, de luta e de construções da justiça social. São Paulo: Paz e Terra e Casa Amarela, 2004. p.319-328.

MUNDURUKU, D. **Vozes ancestrais**: Dez contos indígenas. 1.ed. São Paulo: FDT, 2022.

PRINTES, R B. PRESENÇA INDÍGENA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 195– 220, 2015. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/247>. Acesso em: 25 abr. 2023.

TV FOLHA #97 - Especial Belo Monte (Os impactados). [S.l: s.n], 2014. 1 vídeo (9min 48 seg). Publicado pelo canal Folha de S. Paulo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qzU5_HlaBA. Acesso em: 08/05/2023.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. **Currículo em Ação**: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. 1ª Série do Ensino Médio: Caderno do Professor. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2022. v.1. Disponível em: https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2022/01/Impress%C3%A3o_CHS_49734022_SPFE-1a-Serie-EM-Prof-MIOLO_P6-2.pdf. Acesso em: 08/05/2023.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. **Currículo em Ação**: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. 1ª Série do Ensino Médio: Caderno do Professor. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2022. v.2. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2022/10/1serie-2sem-Prof-CHS.pdf>. Acesso em: 08/05/2023.

SERRA DA CAPIVARA, Piauí: pinturas rupestres, turismo e segredos milenares. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (12min 09seg). Publicado pelo canal 360meridianos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EkDozgiw-rw>. Acesso em: 08/05/2023